



Violence, memory, identity and literature written by black women

Violência, memória, identidade e literatura de autoria feminina negra

SANTOS, Tércia Lopes⁽¹⁾; SILVA, Verônica de Araujo Oliveira⁽²⁾; FERREIRA, Martha Cordeiro⁽³⁾

⁽¹⁾ 0009-0006-4732-9067; Mestre em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas – Universidade de Pernambuco – PE – Campus Garanhuns/Professora da educação básica de língua portuguesa, da rede municipal de Brejão – PE, Brasil. E-mail: tarcialsantos@gmail.com

⁽²⁾ 0000-0002-7044-4593; Mestre em Educação Profissional de Jovens e Adultos – Universidade do Estado da Bahia – Contemporaneidade da Universidade do estado da Bahia – UNEB; Brasil. E-mail: veraoliveiravic@gmail.com

⁽³⁾ 0009-0009-8090-9356; Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola e suas Literaturas pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais – IPEMIG/ Professora do ensino médio, da rede estadual de Pernambuco, Brasil. E-mail: marthacordeiro@gmail.com

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This study analyzes the nature of violence against Black women through the work "Nietsche – a History of Polygamy" (2004) by Mozambican writer Paulina Chiziane, represented here by the characters Rami, Julieta, Luísa, Saly, and Mauá Sualé. For this research, we seek theoretical support from questions about subalternity addressed by Spivak (2010), the coloniality of power by Quijano (2010), identity by Hall (2006), and other theorists who discuss the forms of violence and oppression suffered by the colonized, especially Black women. Based on theoretical and interpretative practice, we perceive through the analysis of this work that female subjugation was maintained for a long period, in which the characters themselves, victims of various forms of violence, both symbolic and physical, seek, through the subjectivation of memory and identity, a response to this situation, leading us to reflect on the role of the culture of gender violence.

RESUMO

Neste estudo é realizada uma análise de como se configura a violência contra a mulher negra, através da análise da obra Nietsche – uma história de poligamia (2004), da escritora moçambicana, Paulina Chiziane, representada aqui pelas personagens Rami, Julieta, Luísa, Saly, Mauá Sualé. Buscamos para essa pesquisa o aporte teórico a partir de questões acerca da subalternidade tratada por Spivak (2010), da colonialidade do poder de Quijano (2010), sobre identidade de Hall (2006), entre outros teóricos que nesse estudo discutem as formas de violências e opressão sofridas pelos colonizados, em especial a mulher negra. A partir da prática teórica e interpretativa, percebemos através da análise dessa obra que a submissão feminina foi mantida durante um longo período, em que as próprias personagens, vítimas de várias formas de violência, simbólicas ou físicas, buscam, através da subjetivação da memória e da identidade, uma reação a essa situação, fazendo-nos refletir sobre o papel da cultura da violência de gênero.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 15/12/2024

Aprovado: 09/07/2025

Publicação: 16/09/2025



Keywords:

Forms of Violence,
Memory, Identity, Black
Women's Literature.

Palavras-Chave:

Formas de Violência,
Memória, Identidade,
Literatura Feminina Negra.

Introdução

O Brasil é um país no qual a classe dominante é composta em sua grande maioria por homens brancos; as mulheres, os negros e os pobres são colocados à margem da sociedade, em posições subalternas. Este cenário ainda é perpetuado desde o tempo da escravidão, cujo efeitos dessa formação se refletem até os dias atuais, uma vez que o racismo ainda está enraizado na nossa sociedade. No entanto, a mulher negra além de sofrer as violências causada pelo racismo, sofre também com a violência de gênero. A construção ideológica do corpo dessa mulher foi construída através do olhar do homem branco, o seu corpo foi marginalizado, colocado muitas vezes como objeto sexual, desumanizado. Nesse sentido, devemos refletir sobre essa condição imposta a essa mulher, e de onde vem essa construção sobre esse ser.

A violência contra as mulheres no Brasil é uma violência histórica, institucional, produto da relação de poder entre colonizador e colonizado, típicos de sistemas patriarcais, no qual gênero, classe, e raça então interligados. Dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) sobre homicídios praticados contra mulheres e feminicídios, no Brasil, mostram que o país ocupa o quinto lugar no ranking mundial dos países com os maiores índices desse tipo de violência de gênero.

O avanço da violência contra a mulher, ocorre mesmo diante de construções legislativas voltadas para a proteção delas, mesmo com a criação da Lei 11.340/06 – mais conhecida como Lei Maria da Penha – e a Lei 13.104/15, a Lei do Feminicídio. Todavia, a Lei Maria da Penha, não tem apenas o fim punitivo para o agressor, ela fornece uma série de medidas protetivas e educativas com o propósito de prevenir esse tipo de violência. Para uma sociedade ser conscientizada precisa-se de amparo estatal, com campanhas educativas, assistência especializada para as mulheres. No entanto, apesar de uma estrutura voltada para proteção das mulheres, observa-se que no Brasil as mulheres negras são as maiores vítimas desse tipo de violência.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) observou que as taxas de mortalidade de mulheres negras apresentam uma tendência geral de aumento, enquanto se observa uma pequena redução desses mesmos índices entre mulheres brancas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 1.437 mulheres foram vítimas de Feminicídio em 2021, aponta ainda que 61,1 % das vítimas eram negras. (Anuário Brasileiro, 2023, p. 16).

Nesse sentido, os dados nos fornecem informações de como as mulheres negras são vistas na nossa sociedade. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, “Mulheres Brasileiras e Gêneros nos Espaço públicos Privado”, Pesquisa “desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e a parto, 1999-2001”, da Fundação Oswaldo Cruz; DATASUS, do Ministério da Saúde; Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, IFOPEN Mulheres mostram que o Brasil tem a quarta maior população carcerária feminina do mundo, no qual sessenta e dois por cento são compostas de mulheres negras. A violência obstétrica atinge uma em cada quatro mulheres no país, no entanto

sessenta e seis por cento são negras. Outro índice que nos deixa alarmados é sobre a mortalidade materna no qual sessenta e três por cento das vítimas também são negras.

Depois de analisarmos esses dados, observamos que a violência sofrida pela mulher negra é mais que física, psíquica, ela é institucional, estrutural. Os estereótipos construídos ao longo dos séculos colocam essa mulher em um lugar marginal, de vulnerabilidade, no qual a violência contra o seu corpo é “autorizada”. Essa condição da mulher negra é tematizada na literatura feminina de sua autoria, essa escrita literária garante para elas um lugar de voz, de luta, um lugar de memória, de denúncia, torna-se um instrumento de poder para ressignificar essas identidades que foram subjugadas.

Objetivou-se com este estudo analisar através da obra Niketche – uma história de poligamia (2004), da moçambicana, Paulina Chiziane, o processo de construção da identidade da personagem Rami (Rosa Maria). Perceber que a escritora questiona as estruturas sociais e tradicionais que ainda colocam a mulher em posições subalternas, no qual o seu corpo, assim como a sua mente, isto é, a sua psiquê, estão condicionados a satisfação do gênero masculino. Observar, através dessa narrativa ficcional, o modo de opressão e desigualdade gênero imposto a essas mulheres moçambicanas, contrapondo a realidade das mulheres negras do Brasil pois, além de sofrerem com o racismo, ainda sofrem com a violência de gênero.

Desenvolvimento

As reflexões acerca da realidade sócio-histórico brasileira não podem ser desassociadas das relações sobre gênero, violência e raça, considerando que a violência no cotidiano das mulheres, em especial as negras praticadas pelo sistema patriarcal trazem consequências desastrosas para sociedade. Esse tipo de violência foi se naturalizando a partir dos discursos hegemônicos do colonizador. Para o estudioso Albert Memmi, colonizador e colonizado vivem em constante relação, em um dos extremos está o colonizador que tem os privilégios, aquele cujo nível de vida é elevado, do outro lado temos o “colonizado é explorável à vontade e não é protegido pelas leis da colônia” (2007, p. 41).

Esse sistema de exploração é violento, “enquanto suporta a colonização, o colonizado tem como única alternativa possível a assimilação ou a petrificação” (Memmi, 2007, p. 143). Assim, o colonizado vai perdendo os aspectos da sua cultura, da sua estrutura social, ele dispõe cada vez menos do seu passado, a sua memória vai sendo apagada. Todavia, não podemos falar de memória sem antes falarmos de arquivo, o arquivo é o que se pode e deve ser dito dentro de um contexto, Michel Foucault postula que o arquivo “é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (2012, p. 147).

Esse arquivo é responsável pela memória, pois, à medida que lembramos os fatos é porque antes o esquecemos por essa razão, muitos discursos ainda são lembrados e outros esquecidos. Para Coracini (2013), a memória é, portanto, sempre esquecimento, pois é sempre

interpretação ou uma releitura de algo que passou; passado que se faz presente; presente que, a todo o momento, já é futuro.

Portanto, o arquivo é responsável pelo discurso, pois, a todo o momento ele é afetado pelo arquivo, nesse contexto existe assim uma relação de força. Quanto ao poder, Foucault (1988, p.96) ressalta que “o discurso é ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, que “veicula” e produz poder; reforça-o, mas também mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”, por isso alguns discursos são eliminados e outros ainda estão impregnados dentro de determinados contextos.

Sendo assim, o sujeito se enxerga pela visão do outro, é através do outro que ele é constituído, no caso, do outro discurso. A todo tempo ele é atingido pelo imaginário, isso faz com que o sujeito se identifique, assumindo determinadas posições, e por isso, sofre constantes modificações, por causa dos frequentes atravessamentos que o circundam.

Nesse sentido, memória e literatura são parecidas, pois as duas são subjetivas e caminham também através das narrativas, dos discursos. A literatura torna-se um terreno fértil pois, o autor utiliza de aspectos históricos, culturais, sociais de uma época e de um local, alguns textos criam a representação do real, nos quais as histórias se esclarecem. Assim, algumas obras literárias se consolidam como testemunho social, essa verossimilhança das narrativas ficcionais e a memória interligam o passado, o presente e o futuro.

Nesse caso em específico, trago a obra Niketche: Uma História de Poligamia, da escritora, Paulina Chiziane para refletirmos sobre o modo de opressão que as mulheres moçambicanas sofrem. A escritora tece críticas ao universalismo, ao conceito e à prática da poligamia. Com isso, mostra como o Ocidente tem uma ideia mitificada sobre esse assunto. Através da personagem Rami, Chiziane (2004) reflete acerca do sistema político, das tradições patriarcais e da violência de gênero sofrida pelas mulheres.

Na obra, a partir da história das cinco mulheres de Tony, observa-se que Moçambique é uma grande colcha de retalhos; cada esposa é de um lugar do país, com culturas diferentes. Rami, personagem principal da trama, é do Sul de Moçambique, e está casada com Tony legalmente, num sistema monogâmico. Ela acaba descobrindo as traições de seu marido com outras quatro mulheres, Julieta e Sualé, que são da etnia Macua, do norte de Moçambique; Luísa, da etnia Xigondo, do norte da Zâmbia; e Saly, da etnia Maconde, oriunda da região nordeste de Moçambique. Cada uma dessas mulheres mostra a complexidade cultural do país.

No decorrer da história, Rami sofre vários preconceitos e reflete sobre como as mulheres são tratadas, dando enfoque especial à maneira como a tradição coloca a mulher em posição inferiorizadas. Todavia, Rami se utiliza dos aspectos negativos da tradição como impulso transformador, uma forma de reparar as injustiças sofridas pelas mulheres. Nesse entorno, a poligamia funciona como um dos instrumentos utilizados no processo de reparação.

A Frente de Libertação de Moçambique, doravante Frelimo (1976), que atualmente é um partido político, foi, no entanto, um movimento nacionalista, que tinha como principal

objetivo a independência do país, esse movimento enxergava a poligamia como um sistema no qual o homem possui várias mulheres e o intuito maior era aumentar a força de trabalho do chefe da família, sendo também configurado como uma forma de aquisição de mão de obra barata. Essa memória da exploração, de conseguir mão de obra barata vem do colonizador.

Nada melhor para legitimar o privilégio do colonizador do que o seu trabalho; nada melhor para justificar a penúria do colonizado do que sua ociosidade. O retrato mítico do colonizado abarcará, portanto, uma inacreditável preguiça. O do colonizador o gosto vertical pela ação. Ao mesmo tempo, o colonizador sugere que o emprego do colonizado é pouco rentável, o que autoriza esses salários inverossímeis. (Memmi, 2007, p. 117).

Logo depois da descoberta das traições de seu marido, Rami o força a se casar com as outras quatro mulheres. Desse momento em diante, Tony tem a obrigação de sustentar a casa e de dar nome aos filhos, que antes eram considerados bastardos. Ao tomar essa iniciativa, Rami, mesmo não aceitando a poligamia, vai beber na tradição as marcas da sua ancestralidade, isto é, ela busca no passado a resposta para seus dilemas e, através dos conhecimentos adquiridos observando a vida dessas mulheres mais velhas de seu país, ela começa um processo de conhecimento e reconhecimento, ressignificando a própria identidade.

Segundo Santos (2009), essa obra de Chiziane é um ato de questionar, de indagar e de reivindicar espaços para construção e transformação dessa nova sociedade; por essa razão, a narradora-personagem sempre questiona o seu papel enquanto sujeito/mulher. É através desses questionamentos em frente ao espelho que Rami vai construindo a sua identidade, que quase foi apagada por causa da cultura hegemônica que lhe foi imposta. Assim, ainda que não se fale no nome do antigo colonizador, as violências que eles causaram ainda fazem parte da conjuntura e se mantêm vivas na memória do país, suas marcas são perceptíveis na construção dessa nação.

Essa obra de Chiziane oportuniza indagações a respeito dos reflexos da colonização, pois as marcas desse processo ainda estão presentes no imaginário e no cotidiano dos seus personagens. Essa herança é observada nas práticas, nos costumes e na criação de binarismos que possibilitam a divisão de pessoas, de crenças e de raças. Ao refletir a colonialidade do poder, Quijano (2010) não definiu apenas as questões sobre o que é considerado “cultura”, mas também, dividiu o mundo entre o que é considerado primitivo e civilizado, padrão e não padrão, enfim, no binarismo. Embora os estudos sobre a colonialidade do poder sejam voltados à realidade latino-americana, entende-se neste artigo que a localização geográfica não será um empecilho, pois faremos a análise da narrativa Niketche a partir da realidade moçambicana trazida pela autora Paulina Chiziane.

Sabendo das diferenças e de cada peculiaridade do processo de colonização, tanto na América, quanto na África, observa-se que a colonialidade não se findou com o fim do colonialismo. Os personagens na narrativa estão atravessados pelo que Aníbal Quijano (2002) denomina de colonialidade do poder, as manifestações de poder são caracterizadas pela ideia

de dominação, exploração e de conflitos existentes. O capitalismo de acordo com Quijano é um meio universal de exploração social e a sua gênese é europeia. No entanto, o sistema capitalista não permeia só os países considerados hegemônicos, mas os países que foram colonizados por essas potências.

Neste ponto, é importante lembrar como a Colonialidade do Poder (Quijano, 2005) é estabelecida durante o processo colonial. O discurso do colonizador apresenta a dominação sobre outros, ou seja, subjuga outras culturas, outros povos, o povo colonizado, dominado é visto como algo inferior, sem inteligência, sem cultura, sem voz. A Colonialidade do Poder, é estabelecida com o apoio de vários elementos que vai além do político e administrativo. Segundo Quijano é o controle de todas as formas de subjetividades, da cultura e do processo de produção de conhecimento.

Sendo assim, os ritos de iniciação relacionados à sexualidade dos grupos étnicos de Moçambique, essa nação colonizada, são reprimidas pelo colonizador europeu/português que enxerga a cultura do colonizado como exótica, inferiorizada. “Ao propor a destruição das escolas de amor, em vez de reformá-las, como sugere a narradora, o Estado moçambicano reconhece que uma forma de vida e os conhecimentos associados” a ela (uma epistemologia) são superiores a outras. Assim, os conhecimentos/normas de origem europeia são estabelecidos como válidos, enquanto os conhecimentos ensinados pelas escolas de amor devem ser apagados.

Apesar da centralidade dada à crítica da regulamentação da sexualidade influenciada pela colonização portuguesa, o texto apresenta a multiplicidade de experiências relacionadas à sexualidade da mulher no contexto africano. “Enquanto noutras partes da África se faz a famosa excisão feminina, aqui os genitais se alongam. Nesses lugares o prazer é reprimido, aqui é estimulado” (Chiziane, 2004, p. 44).

Dessa forma, a autora percebe o complexo contexto das relações de gênero em Moçambique e nos países vizinhos, frente a experiência da colonização. Ao observar a teia de relações que influenciam a percepção sobre a poligamia, o texto identifica o colonizado como um cego, que não consegue perceber que o poder colonial, ou a colonialidade do poder, nos termos de Quijano (2005), se sustenta a partir de aspectos simbólicos: “O colonizado é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo” (Chiziane, 2004, p. 45). Como na superfície o poder colonial parece estar sustentado pelas relações de administração política e econômica instituídas pela metrópole, outros aspectos que sustentam a dominação colonial passam como invisíveis, apesar de operarem continuamente para o reforço das relações coloniais, a partir das quais a colônia deve ocupar uma posição inferior frente à metrópole.

Nesse sentido, a personagem Rami é a representação de uma nação independente, que sofre as amarras do colonizador, Tony é a representação da colônia, do colonialismo opressor, segregador e explorador. Nessa trama, Rami busca se desvincular do seu dominador, por mais que ela assimile o discurso de Tony, isto é, o do colonizador como verdadeiro, ela entra em

conflito, entendendo que esse papel social de uma mulher subjugada, submissa não lhe cabe mais. Rami é essa nação que foi assimilada, mas busca na sua ancestralidade os caminhos para construir a sua identidade.

Assim, Rami percebe-se como uma assimilada, aquela que muitas vezes desvalorizava a sua cultura, achando-a arcaica; ela percebia que os ritos, as tradições e os mitos ainda persistiam em inferiorizar a mulher em relação ao homem.

Dos tabus do ovo, que não pode ser comido por mulheres, para não terem filhos carecas e não se comportarem como galinhas poedeiras na hora do parto. Dos mitos que aproximam as meninas do trabalho doméstico e afastam os homens do pilão, do fogo e da cozinha para não apanharem doenças sexuais, como esterilidade e impotência. [...] Que culpam as mulheres de todos os infortúnios da natureza. Quando não chove, a culpa é delas. Quando há cheias, a culpa é delas. Quando há pragas e doenças, a culpa é delas que se sentaram no pilão, que abortaram às escondidas, que comeram o ovo e as moelas, que entraram nos campos nos monumentos de impureza. (Chiziane, 2004, p. 36).

A colonialidade do poder não se limita apenas no domínio de uma nação sobre a outra, ou seja, a vínculos formais de poder, as relações raciais também fazem parte desse processo. Rami é a representação de uma nação negra, moçambicana, idealizada pelo colonizador para ser explorada, colocada como objeto de consumo, a sua aquisição serve de mão de obra barata para o colonizador. Por não seguir os padrões eurocêntricos, do que é considerado “civilizado” essa sociedade é colocada à margem. Rami é essa nação contemporânea, que busca sair das impurezas causadas pelo colonizador.

No decorrer da trama, a personagem reflete sobre a sua posição enquanto mulher. Primeiro olha para si com pena, como uma criatura frágil, sem voz, submissa às instituições hegemônicas que moldaram sua identidade. Todavia, a identidade está sempre em construção. Segundo Hall (2006), toda identidade é móvel, fluida, as mudanças globais e econômicas, as transformações de produção e de consumo (indústria e serviços), mostram que o sujeito e as identidades se deslocam. Nesse sentido, diferentes contextos sociais levam a diferentes papéis sociais e as identidades vão se modificando ao longo do tempo. Por fim, a crise da identidade está em evidência, antigas identidades estão se fragmentando, novas identidades buscam se firmar, questionando as identidades hegemônicas e suas posições privilegiadas. Com a globalização e a interconexão das sociedades, as migrações, as constantes mudanças no globo, a identidade não pode mais ser vista como fixa, ou seja, imutável.

Para a personagem Rami, as construções simbólicas tradicionais já não são suficientes para abarcar essa mulher contemporânea, convivendo com outras mulheres, com outros costumes, os dilemas começam a surgir. Assim, indo para frente do espelho, através do reflexo, ela busca a sua identidade. Na realidade, ir para a frente desse objeto e se enxergar é perturbador, ela busca reconhecer essa mulher, esse outro eu questionador.

Nesse sentido, a história de Rami acontece em um país independente, no caso o colonialismo que se refere à soberania de um povo em poder de outro povo, já não acontece

em Moçambique. Todavia, o fim do colonialismo não configura o fim da colonialidade, essa sobrevive na cultura, na memória, na autoimagem e no senso comum e nas relações hierárquicas que ocorre na sociedade e na vida privada.

O papel da personagem Rami, neste contexto, foi definido pelo patriarcalismo: ser procriadora, servir de empregada para sua família e a do seu marido é a sua principal função. No entanto, Rami não é mais a mesma e o espelho aparece na trama como seu outro eu, que carrega significados simbólicos para construção dessa nova mulher/nação.

Vou ao espelho tentar descobrir o que há de errado em mim. Vejo olheiras negras no meu rosto, meu Deus, grandes olheiras! Tenho andado a chorar muito por esses dias, choro até demais! Olho bem para minha imagem. Com esta máscara de tristeza, pareço um fantasma, essa aí não sou eu. Titubeio uma canção antiga daquelas que arrastam as lágrimas à superfície. [...] Paro de chorar e volto ao espelho. Os olhos que se refletem, brilham como diamantes. É o rosto de uma mulher feliz. Os lábios que se refletem traduzem uma mensagem de felicidade, não, não podem ser os meus, eu não sorrio, eu choro. Meu Deus, o meu espelho foi invadido por uma intrusa, que se ri da minha desgraça. Será que essa intrusa está dentro de mim? Chiziane, 2004, p.16-17).

O espelho mostra esse outro ser, essa imagem tensionada. No reflexo há duas visões, isto é, duas dimensões: a tradição e a modernidade, o passado e o presente, a vida e a morte, a construção e a desconstrução. Esse processo de antítese, essa metamorfose, é um espaço de solidão e conhecimento, de descoberta sobre o seu eu; ela grita por liberdade, rebela-se contra o seu destino, sobre o seu lugar no mundo.

Para Maldonado Torres (2007), a colonialidade do poder corresponde as formas modernas de dominação e exploração, já a colonialidade do ser refere-se a experiências vividas da colonização que causam impacto na construção da subjetividade e na linguagem do sujeito. Já, a colonialidade do saber serve para analisar como a tradição europeia reproduz os regimes de pensamento colonial.

O reflexo de Rami que aparece no espelho é esse processo de desconstrução da colonialidade. Reflete, também, a construção de uma nação nova, independente, que busca construir uma identidade nacional. Depois da revolução ocorrida em Moçambique, o país queria constituir uma ideia de nação unificada. Para Benedict Anderson, essa ideia de nação aponta para “comunidades imaginadas” (2008, p.03), pois, por mais que as comunidades façam parte de um mesmo território, seus cidadãos não se conhecerão. Por mais que eles se imaginem como iguais, existem diferenças cruciais entre os seus membros. A diferença nos papéis sociais exercidas por homens e mulheres são exemplos de que não existe essa ideia de que todos são iguais, unificados.

Hall entende que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (2006 p.48-49). Nessa perspectiva, a nação seria uma comunidade simbólica, pois existem diferenças em uma mesma nação: raça, cor, etnia e gênero são algumas delas. Nesse sentido, Chiziane critica a submissão

da mulher moçambicana, os papéis representacionais, as atitudes e os valores repassados ao longo dos séculos pelo patriarcalismo que aloca as mulheres em um contexto de inferioridade. Não é à toa que a maioria de suas obras são protagonizadas por mulheres que desmitificam os mitos sociais que sustentavam o binarismo de masculino e feminino imposto pela misoginia e pelo patriarcado.

Assuntos como independência financeira, poligamia, violência de gênero e liberdade total dessas mulheres são temas recorrentes da sua escrita. As mulheres de Chiziane buscam alternativas para livrar-se dessas situações. Para Spivak (2010), o conceito de subalterno é definido como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos do estrato dominante” (Spivak, 2010, p. 12).

Em frente ao espelho, Rami começa várias discussões com seu outro eu, essas discussões colocam-na no lugar do incômodo. O espelho torna-se um símbolo da consciência, reflexo da construção da sua identidade, a sua verdadeira face sem máscaras; esse instrumento torna-se valioso para a sua transformação. No entanto, ela ainda não se reconhece e pergunta: quem é essa intrusa? Quem é essa mulher que sorri enquanto choro? O espelho também é uma metáfora da ilusão narcísica, é um reflexo invertido da sua realidade.

A personagem transita entre a tradição e a modernidade; nesse caso, no terceiro espaço, aquilo que Homi Bhabha (2013) define como entre-lugar. A experiência com outras culturas torna o sujeito híbrido, isto é, modificado, essas novas posições do sujeito só são possíveis devido ao distanciamento de categorias conceituais que Bhabha (2013) denomina binarismo, identificadas a partir da “classe” ou “gênero”.

Nesse entre-lugar, Rami descoloniza a construção identitária feita pelo patriarcado e, de acordo com Frantz Fanon (1997), essa desconstrução é um processo violento e histórico, pois a colonização não trouxe só sofrimentos físicos, mas também sofrimentos psíquicos que marcaram a vida dos colonizados. Esse processo de descolonização ocorre quando Rami e as outras mulheres dominam o personagem Tony, que se finge de morto e desaparece na trama.

Ainda de acordo com Fanon (2008), já na introdução de *Pele negra, máscaras brancas*, há discussões filosóficas sobre o racismo, ele chega a definir o negro como um não homem, pois a sua existência está confinada a sua cor. Nesse sentido, a mulher negra ocupa a zona da dupla negação, em primeiro lugar por não ser do gênero masculino e o outro por causa da sua cor. É nesse complexo de inferioridade que transita a personagem, por esse motivo, ela quando olha para o espelho não se reconhece.

Mesmo trazendo problemas psicológicos trazidos pelo colonialismo, ela rebela-se, contra a tradição e a colonialidade, pois essas duas instâncias a colocam em posições de sofrimento e opressão. Com o desaparecimento do seu marido, mesmo ela sabendo que ele não morreu, participa do Kutchinga, um processo ritualístico no qual o parente homem mais

próximo do falecido “herda”, isto é, fica com todas as suas esposas. O homem escolhido foi Levy.

O herdeiro das viúvas de Tony será Levy: Estou serena, derramo uma lágrima apenas para não estragar a minha pose. Olho para o Levy com olhos gulosos. Ele será o meu purificador sexual, a decisão já foi tomada e ele acatou-a com prazer. Dentro de pouco tempo estarei nos seus braços, na cerimônia de Kutchinga. Serei viúva apenas por oito dias. Sou um pouco mais velha que ele, mas sinto que vai amar-me e muito, pois apesar desta idade e deste peso tenho muita doçura e muito charme. Daqui oito dias vou me despir. Dançar Niketche só pra ele, enquanto a esposa legítima morre de ciúmes lá fora. Vou pedir a Mauá para me iniciar nos passos desta dança, ah, que o tempo demora a passar! Deus queira que o Tony só regresse a casa depois desse ato consumado (Chiziane, 2004, p.221).

Rami, que antes tinha utilizado a poligamia como vingança, agora se delícia com os aspectos da tradição, cobiçando o homem que vai possuir o seu corpo, utiliza Levy como instrumento de prazer e libertação, deleitando-se em seus braços e aproveitando cada momento. Ela também pede para Mauá iniciá-la no Niketche, uma dança tradicional do norte de Moçambique, que é praticada pelas meninas que iniciarão a vida de mulher adulta. Rami faz esse rito de passagem e, nesse momento, toma consciência desse ser mulher que estava desaparecendo. Esse momento é um ato de liberdade, de insubordinação contra o sistema que coloca as mulheres em um lugar de subalternidade. Nessa hora, não é só Rami que se rebela, são todas as mulheres oprimidas por esse sistema opressor. Através da voz da personagem, percebemos esse entre-lugar, essa mulher contemporânea. “Sinto que vou morrer nos braços deste homem. Amor de um instante? Que seja! Vale apenas ser amada um minuto que desprezada a vida inteira” (Chiziane, 2004, p.225).

Logo depois do Kutchinga, Tony retorna para casa, mas as coisas já não eram as mesmas. Ele e Rami conversam: Tony indaga Rami “Não reagiste, não resististe? - Como? É a nossa tradição, não é? Não me maltratou, descansa. Foi até muito suave, muito gentil. É um grande cavalheiro, aquele teu irmão” (Chiziane, 2004, p. 227-228). Rami unindo-se com as outras mulheres, encontra os meios para independência financeira e emocional, tomando as rédeas de suas vidas. Desse modo, Tony, que era o objeto de desejo e de disputa, passa então a ser analisado, agora ele é visto como fardo, o mito do homem-deus quebra-se.

A transformação da personagem em uma mulher ativa, que sai da subalternidade, ocorre com a sua mudança de posição, o seu reflexo no espelho é a voz que permite que ela faça as reflexões sobre o papel social da mulher. Agora, ela se equilibra entre os valores ancestrais, isto é, a tradição e a modernidade, que foi trazida pela cultura ocidental. É nesse novo formato, nesse hibridismo, que começa uma mudança consciente sobre o que é ser mulher. Apesar dessa narrativa ficcional ocorrer em Moçambique, no Brasil as mulheres negras passam por situações semelhantes.

Em Niketche, observa-se a consciência da subalternidade feminina, nesse romance não há uma tentativa de deslegitimar as tradições, mas de problematizar como essas estruturas

contribuem para a manutenção das desigualdades de gênero. A obra também faz uma reflexão sobre como a tradição sofreu os impactos do colonialismo. Nessa perspectiva, Chiziane traz em seus livros os costumes, as lendas, as histórias contadas ao redor da fogueira para distanciar a cultura do seu país daquela do Ocidente. A cultura do Ocidente é opressora, colonizadora, criam estigmas na memória social de um país que foi colonizado. A sua forma de agir é tão violenta, é tão devastadora, que impregna na sociedade. Olhar para si como colonizado e se reconhecer é uma tarefa dolorida, nesse processo de construção, a sociedade deve olhar e analisar as suas mazelas, os seus problemas mais sombrios, não joga para margem esses incômodos, esses distúrbios sociais que são gritantes aos nossos olhos.

Reconhece-se como colonizado é um drama, o homem produto vítima da colonização, “oscila entre dois pólos: de uma submissão à Europa, excessiva até a impessoalidade, ela passa a um retorno a si própria de modo tão violento que resulta nociva e esteticamente ilusória (MEMMI, 2007, p. 181). Nesse sentido, essa agressão é um autoquestionamento sobre a sua posição no mundo. Assim, é a construção da identidade da mulher negra, e entender esse caminho é voltar a sua ancestralidade, é valorizar a sua etnicidade. Entender esse processo se faz necessário para amenizar os problemas relacionados ao racismo e a violência de gênero que marcaram e marca a memória do nosso país, para transformar essa sociedade se faz necessário criar e fortalecer redes de enfrentamento contra diversos tipos de violência baseada no gênero, que vai além da física e sexual, abarca a psicológica, a moral ou patrimonial, de acordo com a Lei nº 11.340, no seu artigo segundo.

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Assim, a Lei tenta assegurar e reduzir os casos de violência de gênero, no entanto, observa-se a omissão do estado em relação as agressões enfrentadas pelas mulheres negras. Se a própria lei ratifica que “toda mulher” tem os mesmos direitos, por qual razão o índice de violência contra as mulheres negras está aumentando de forma drásticas? E por que elas são as que mais sofrem com o problema da violência? Diante do que já foi exposto, entendemos os motivos, a não valorização da sua raça, do seu gênero, os estigmas criados pelo colonizador, colocaram essas mulheres nesses locais obscuros.

Em face disso, torna-se pertinente estudarmos e conhecermos as obras dessas mulheres, entendermos as suas vivências, valorizar as suas identidades, para que se promova um resgate da sua história e de sua cultura e, assim, rarear o racismo, a violência e o silenciamento imposto à essas mulheres. Essas novas paisagens, novos caminhos, rasuram a homogeneidade desse discurso eurocêntrico e fazem com que elas lutem pela equidade de gênero e, dessa forma, ocupem espaços significativos na sociedade.

Conclusão

Este artigo tratou a respeito de como é complexa relação entre gênero, racismo e violência, esses pontos foram analisados através da obra *Niketche – Uma história de poligamia* (2004), da escritora moçambicana, Paulina Chiziane. A protagonista da narrativa Rami, questiona e denuncia as estruturas sociais e tradicionais que ainda colocam a mulher em posições subalternas em relação ao homem.

A narrativa nos mostra a complexidade das personagens, que retratam as dúvidas, as inseguranças, as tristezas, os modos de opressão, e as exigências que permeiam a vida dessas mulheres moçambicanas. Todavia, indicam também caminhos, a sororidade é uma forma de poder, essa união cria uma independência financeira e emocional, no qual essas mulheres lutam para galgar espaços significativos nessa sociedade.

No entanto, a violência sofrida pelas personagens vai além da obra, essa realidade, essa mensagem é quase universal. No Brasil, por meio da análise dos dados sobre a violência praticada contra as mulheres, em específico as mulheres negras, procurou-se mostrar que a violência de gênero tem, isto é, possui aspectos singulares que não podem ser deixados à margem, ignorados nas análises feitas sobre esse tipo de violência. Pois, essa tipificação de violência, coloca o gênero no centro dessa questão.

Entretanto, faz-se necessário o estudo para entender como esse tipo de violência foi se naturalizando na nossa sociedade. Os discursos patriarcais, a colonização subjugou a mulher, principalmente a negra, inferiorizando-a. A violência praticada contra mulheres negras, apresentam fatores históricos e sociais que, ainda hoje, apresentam consequências desastrosas para essa população. A marginalização social e econômica submetida a essas mulheres fazem parte e uma política social que deve ser revista, essas práticas culturais reproduzem o racismo estrutural e a violência.

No entanto, a sociedade deve criar meios para rarear esse tipo de violência que é estrutural, e uma das alternativas é a valorização da literatura de autoria feminina negra. Através das experiências dessas mulheres e por meio da sua escrita, estereótipos são quebrados, há uma carga de pertencimento ético, essa literatura torna-se uma arena na luta contra a hegemonia de discursos patriarcais, esse lugar da voz daquelas que foram por séculos silenciadas, oprimidas e marginalizadas.

Diante deste contexto, a publicação e a análise de obras de escritoras negras constituem uma necessidade, uma política para desconstruir imagens e discursos que foram repassados ao longo dos tempos como verdades cristalizadas pela pelo racismo e pela misoginia. O ato da escrita torna-se um espaço para ensinar, é um lugar de resignificação das identidades, é uma marca da existência, é um lugar do não silenciamento, é um lugar onde ecoa a pluralidade de voz.

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. R. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Bhaba, H. K. (2013). *O local da cultura*. Editora da UFMG.
- Coracini, M. J. (2013). A celebração do outro: Arquivo, memória e identidade: Línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Mercado de Letras.
- Chiziane, P. (2004). *Niketche: Uma história de poligamia*. Companhia das Letras.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Fanon, F. (1997). *Os condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (15ª ed.). Loyola.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (L. F. Baeta, Trad.). Forense.
- FRELIMO. (1976). *Acervo virtual da Frente de Libertação de Moçambique*. <http://bit.ly/3h9xCZG>
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7ª ed.). DP&A.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva* (L. Schiffer, Trad.). Vértice.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2016). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. IPEA.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro de colonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre.
- Quijano, A. (2010). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO.
- Santos, W. A. dos. (2008). *A voz feminina na literatura de ascendência africana: Hibridismo de mito e ritos nos romances Niketche de Paulina Chiziane e A Cor Púrpura de Alice Walker* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Silva, T. T. da. (Org.). (ano). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. [Editora].
- Hall, S., & Woodward, K. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade* (15ª ed., 5ª reimpressão 2019). Vozes.
- Silva, A., Martinelli, F., & Cardoso, M. (2021). *Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência*. Instituto AzMina.

<https://azmina.com.br/reportagens/entre-machismo-e-racismo-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia/>

Spivak, G. C. (2010). Pode o subalterno falar?. Editora UFMG.